

ENTRE O ESCRAVISMO E A GÊNESE DO MERCADO DE TRABALHO: O processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 - 1870

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho^{**}

Mario Marcos Sampaio Rodarte^{***}

José Maria dos Santos Júnior^{****}

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar um primeiro esforço de análise para compreender a alteração, no espaço, da distribuição demográfica, seja de livres, seja do contingente escravo em Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. Como se processou o acelerado crescimento demográfico dentro do seu território? Quais seriam, de fato, as regiões e atividades responsáveis por essa atração populacional? Se é certo que esse crescimento implicou, também, na manutenção do maior plantel de escravos às vésperas da abolição, quais regiões se mostraram mais apegadas à instituição do trabalho cativo? Utilizou-se divisão regional da província e classificação das regiões conforme o comportamento demográfico no período em questão. Teve-se como fontes principais de dados para a década de 1830 as Listas Nominativas de 1831/32 e 1838/40, e também os Mapas de População de 1833/35. Outro importante documento censitário utilizado foi o Recenseamento do Império de 1872. Observou-se, como os principais resultados, lenta redistribuição do contingente servil da província, das regiões de ocupação tradicional, na primeira metade do século, para as de expansão da fronteira agrícola, resultado explicado pelo deslocamento do centro dinâmico da economia provincial em direção à cafeicultura e à agropecuária.

Palavras-chave: Dinâmica demográfica; Regionalização; História econômica de Minas Gerais; Século XIX

Endereço para correspondência:

Av. Bias Fortes, 1150, apto. 42. Bairro Lourdes. CEP: 30.175-010. Belo Horizonte-MG.

Email: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

^{**} Graduado em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PROBIC/Fapemig com o projeto: “O Comércio Provincial em Minas Gerais com base no Censo de 1831/32 e nos Mapas de engenhos e casas de negócio 1836” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

^{***} Doutorando em Demografia, com bolsa CNPq, e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

^{****} Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PIBIC-CNPq com o projeto: “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais (1831-1930)” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

ENTRE O ESCRAVISMO E A GÊNESE DO MERCADO DE TRABALHO: O processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 - 1870

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho^{**}
Mario Marcos Sampaio Rodarte^{***}
José Maria dos Santos Júnior^{****}

INTRODUÇÃO

No lusco-fusco entre os períodos colonial e imperial, Minas Gerais se destacava como a segunda maior capitania/província em tamanho populacional, só atrás da Bahia. Mais tarde, em 1872, quando do Recenseamento do Império, Minas Gerais já se tornara a província mais populosa. O fato dessa Província ter mantido uma taxa de crescimento muito acima da média do Brasil, e muito próxima à da província de São Paulo, que mais cresceu no período analisado, coloca em suspeição qualquer modelo explicativo que diagnosticava involução econômica dessa parte do Brasil, ao longo do Oitocentos.

Com efeito, Minas Gerais não poderia ter mantido, por tanto tempo, expressivo ritmo de crescimento populacional sem reter a enorme população previamente existente. Mais do que isso, era imprescindível o afluxo de contingentes populacionais, seja pela atração de livres, seja pelo tráfico de escravos, para se somar ao crescimento natural da população.

Como se processou esse rápido crescimento demográfico dentro do seu território? Quais seriam, de fato, as regiões e atividades responsáveis por essa atração populacional? Se é certo que esse crescimento implicou, também, na manutenção do maior plantel de escravos às vésperas da abolição, quais regiões se mostraram mais apegadas à instituição do trabalho cativo?

Amparado por uma ampliada base empírica e um maior rigor no detalhamento espacial, o presente estudo representa o primeiro esforço da equipe em responder a esses e outros questionamentos relativos à dinâmica demográfica mineira, e que já mereceram

^{**} Graduado em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PROBIC/Fapemig com o projeto: “O Comércio Provincial em Minas Gerais com base no Censo de 1831/32 e nos Mapas de engenhos e casas de negócio 1836” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

^{***} Doutorando em Demografia, com bolsa CNPq, e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

^{****} Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PIBIC-CNPq com o projeto: “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais (1831-1930)” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

estudos de outros especialistas, como Celso Furtado, embora partissem de base empírica mais precária, ou de procedimentos metodológicos diferenciados.

O relato sucinto desses estudos anteriores encontra-se na próxima seção deste texto, que é voltada para apresentar o estado-da-arte da investigação sobre a evolução demográfica e a sua interação com a dinâmica econômica, de Minas Gerais, no século XIX. Em seguida, no item dois, são abordados os procedimentos metodológicos adotados para se obter as estimativas populacionais e os recortes regionais. Na terceira, e principal, seção do trabalho apresenta-se os principais resultados obtidos, que se refere à elaboração de uma tipologia de regiões segundo as diferentes evoluções populacionais, e à análise sobre a configuração espacial da distribuição populacional no início e ao fim do período estudado. Na seqüência, o texto finaliza com as considerações finais sobre os alcances e limitações desse estudo.

1. DEBATE SOBRE A ECONOMIA E POPULAÇÃO DA MINAS GERAIS OITOCENTISTA

Durante muito tempo, predominou na historiografia econômica sobre Minas Gerais a visão que o seu processo de ocupação, entre finais do século XVII e XIX, teve uma evolução que se confundia com o ciclo de produção aurífera. Nessa abordagem, defendida por Celso Furtado (1959), dentre outros, o cenário inicial de uma economia em rápido processo de expansão, com a vinda de grandes contingentes migratórios em direção às zonas de exploração aurífera, rapidamente cederia espaço para um contexto bem menos promissor, de estagnação econômica, e desarticulação dos núcleos de povoamento, tão logo havia se dado o declínio da economia mineradora, no último quartel do século XVIII, e assim permaneceria ao longo de quase todo o século XIX.

Uma análise mais atenta sobre a evolução demográfica de Minas Gerais, em comparação às outras províncias, nesse período, evidencia a fragilidade do diagnóstico apresentado, de estagnação econômica. Estima-se que a população do Império, a partir do segundo ano da independência até o Recenseamento de 1872, tenha crescido a uma taxa de 1,9% ao ano (Tabela 1). Nesse longo período, a Corte, mais as sete províncias mais populosas, mantiveram sua participação relativa na distribuição da população total do Brasil, em 67,5%. Minas Gerais, a mais populosa província na década de 1870, manteve taxa de aumento superior à média brasileira, e próxima da apresentada por São Paulo (e Paraná). Tal fato sugere que a província de Minas tenha tido saldo migratório positivo, ao longo do período, seja pelo afluxo de livres, seja pelo tráfico de escravos, e não uma região de dispersão de população, o que combinaria mais com o contexto de crise econômica.

Tabela 1
Estimativas da população, segundo as províncias
Brasil, 1823-1872

Províncias mais populosas e Brasil	1823		1872 (1)		Taxa de aumento anual
	N	%	N	%	
Minas Gerais.....	640.000	16,2	2.102.689	20,8	2,5
Bahia.....	671.922	17,0	1.379.616	13,6	1,5
Rio de Janeiro (e Corte).....	451.648	11,4	1.094.576	10,8	1,8
São Paulo (e Paraná).....	280.000	7,1	964.076	9,5	2,6
Pernambuco.....	480.000	12,1	841.539	8,3	1,2
Rio Grande do Sul.....	150.000	3,8	446.962	4,4	2,3
Subtotal.....	2.673.570	67,5	6.829.458	67,5	1,9
Demais províncias.....	1.287.296	32,5	3.282.603	32,5	1,9
Brasil.....	3.960.866	100,0	10.112.061	100,0	1,9

Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 31.

Nota: (1) Total corrigido pelo conselheiro Manoel Francisco Correia, incluindo estimativas e/ou dados das paróquias omitidas.

Elaboração própria

Essa linha da historiografia começou a ser revista com os trabalhos de Roberto Borges Martins (1982) que, utilizando fontes de dados recentemente pesquisadas, propõe um novo padrão interpretativo da sociedade de Minas Gerais posterior à crise da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII. A manutenção da pujança econômica, embora mais voltada para o consumo interno, justificaria o crescimento populacional, principalmente do seu segmento escravo, mantido principalmente pelo tráfico atlântico, e interno de escravos. Como resposta, outros trabalhos foram realizados por vários especialistas, ora questionado o caráter introvertido da economia (Slenes, 1985), ora questionando a origem do expressivo contingente de escravos¹.

Mas em todas essas abordagens, perpassa a idéia, explícita, ou subliminar, de se ter havido um processo de ruralização da sociedade mineira, já a partir da segunda metade do século XVIII, e que se intensificaria ao longo do século XIX. Tal visão começou a ser questionada mais recentemente, ao se rever o papel do antigo centro minerador, como articulador, produtor e consumidor na economia mineira, ao logo do Oitocentos. De fato, trabalhos mais recentes, com base empírica mais consolidada, apontaram a longevidade do aspecto urbano da sociedade em Minas Gerais, para além do século XVIII, como o próprio Martins (1994), Rodarte (1999), Rodarte et al. (2004), e Mello Filho et al. (2006). Diante desse contexto, o presente trabalho procura investigar a conformação espacial tanto do segmento livre, quanto do escravo, no período de análise.

¹ Entre os diversos trabalhos que enfatizam a importância da reprodução natural dos escravos, destacam-se os de Luna e Klein (2004) e Bergard (2004).

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo sobre o processo de ocupação demográfica em Minas Gerais está fundamentado em dois tratamentos empíricos basilares, que são constituídos:

1) pela definição de duas estimativas populacionais, referentes a dois momentos importantes do século XIX, que fossem de ampla cobertura, e de qualidades semelhantes o suficiente para que as variações observadas entre uma e outra pudessem ser atribuídas, de fato, à ação das componentes da dinâmica demográfica (nascimento, mortalidade e migração), e não aos diferentes graus de cobertura de cada levantamento populacional;

2) pela adoção de uma regionalização identificada com a percepção das diferenças socioeconômicas e naturais observadas ao longo do território da Província. A preocupação presente no tratamento espacial era a de que a escolha de uma divisão espacial estranha aos processos históricos de ocupação territorial acabasse por dificultar ou mesmo falsear a identificação das causas para as dinâmicas demográficas específicas encontradas para cada local.

2.1 As estimativas populacionais das décadas de 1830 e 1870

A estimativa da população de Minas Gerais na década de 1830 foi primeiramente realizada por Paiva (1996) e, posteriormente revista por Godoy (2004). Mais recentemente, passou por outra revisão, originando os dados do presente trabalho (Rodarte, 2006). Deve-se considerar que, nesse período, nenhum arrolamento populacional cobriu integralmente todo o território de Minas Gerais, e os seus mais de 430 distritos. Dessa forma, o trabalho de estimativa consistiu na união de informações de todos os levantamentos populacionais da década, e na avaliação criteriosa da estimativa de cada distrito pelo cotejamento das fontes.

As Listas Nominativas de 1831/32 constituem a principal fonte de dados da estimativa, correspondendo a 52% da população estimada. 36,5% dos habitantes de Minas foram estimados por meio dos Mapas de População de 1833/35, enquanto outros 5,5% correspondem às Listas Nominativas de 1838/40². Estas três fontes serviram de base para a estimativa da condição, livre ou escrava, dado que abrange 94% da população. Os demais 5% da população foram calculados a partir dos dados de Cunha Matos (1826) e o resíduo de 1% calculado indiretamente. A condição destes 6% foi observada indiretamente, com base nos dados correspondentes ao restante da amostra.

² Comparativamente às estimativas anteriores, Rodarte (2006) adicionou mais Listas Nominativas de 1838/40 à estimativa. Correspondem, principalmente, à distritos emancipados após o início da década e cujas populações não foram consideradas para a formulação das listas de 1831/32.

Para a década de 1870, utilizou-se o Recenseamento do Império de 1872, o levantamento censitário mais sistematizado e abrangente realizado no período do Império brasileiro³. Das 370 paróquias existentes em Minas Gerais no ano de 1872, 14 não foram recenseadas, omissão correspondente a 4% do total. As informações referentes às paróquias ausentes foram calculadas por meio de interpolação com o censo de 1890, com procedimentos metodológicos apresentados em Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior (2006).

2.2 A regionalização da Minas Oitocentista

Com relação ao detalhamento espacial dos movimentos demográficos, deve-se ponderar que a análise da dinâmica demográfica necessita ser feita mediante critérios de espacialidade capazes de captar, e não diluir, as especificidades locais históricas. Tal preocupação resultou na escolha da proposta de regionalização elaborada por Godoy (1996), com base nos relatos de viajantes estrangeiros:

As regiões resultam da combinação de elementos físicos, humanos, econômicos e histórico-administrativos. Cada região foi definida pela peculiar configuração destes elementos e, sobretudo, pela específica interpenetração entre eles. (Godoy, 1996, p. 26)

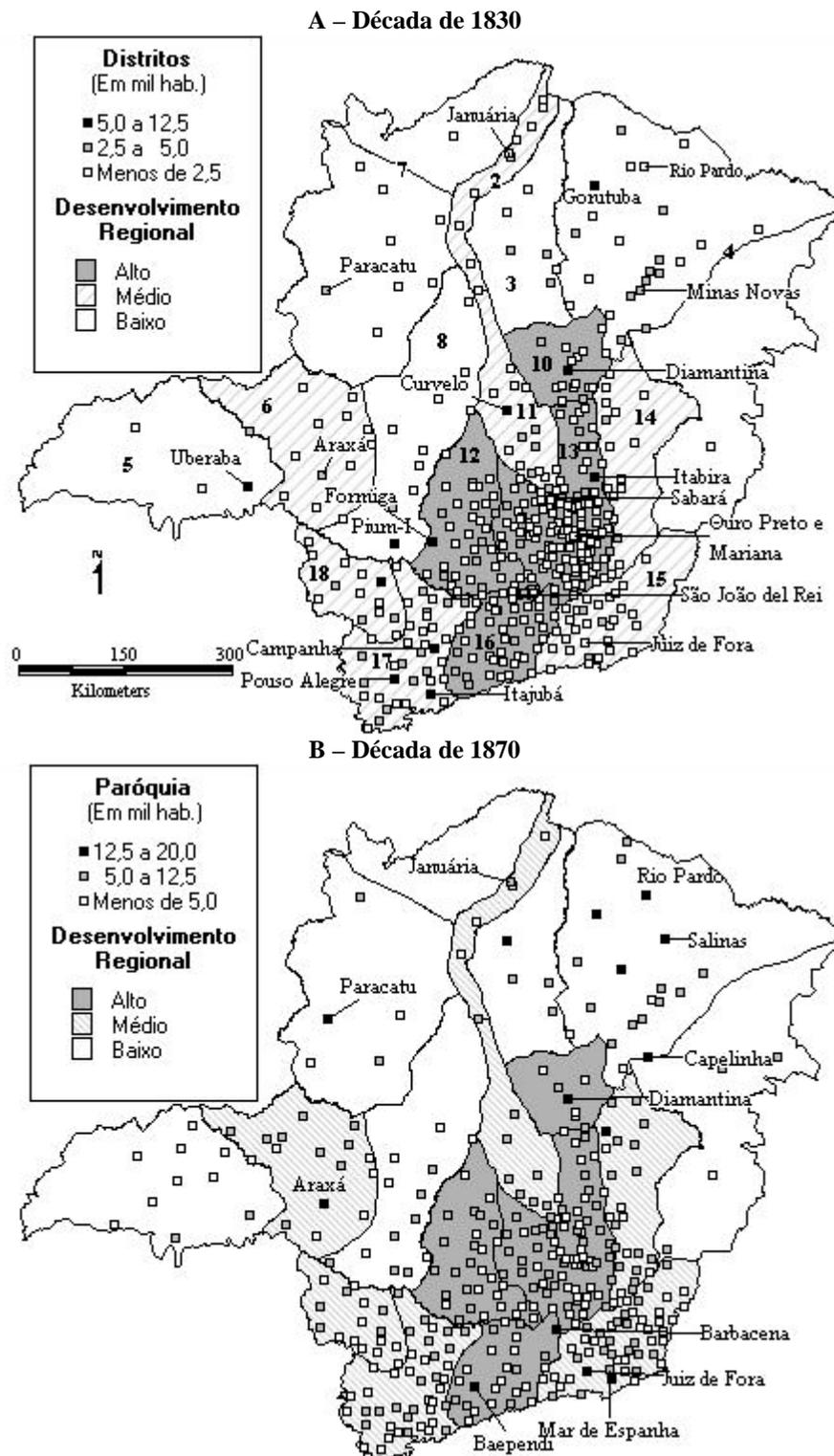
Posteriormente, a caracterização das regiões foi enriquecida pela hierarquização das mesmas segundo seu estágio de desenvolvimento econômico. Tendo como fontes principais os relatos dos viajantes e, de forma subsidiária, as Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836, observou-se o nível de produção material de cada região e foi feita uma classificação conforme a presença de atividades mais ou menos dinâmicas.

O estilo de vida, as condições de sobrevivência, os hábitos de consumo e muitos outros comportamentos sociais constituíam matéria de interesse dos viajantes, que descreveram detalhadamente estes tópicos. O aspecto das vilas e arraiais, o número de casas existentes e o padrão de construção mais ou menos sofisticado das casas também foram observados. Estes elementos também serviram para nos sugerir a dinamicidade de cada região. (Paiva, 1996, p. 113 e 114).

Para a construção de estimativas populacionais descendo ao detalhamento regional, as sedes dos distritos de 1830, bem como as das paróquias da década de 1870 foram georreferenciadas e as suas respectivas populações inseridas nas somas regionais. O Mapa 1.A, para a década de 1830, e o Mapa 1.B, para 1870, ilustram a configuração espacial dessas unidades em todo o território de Minas.

³ Apresenta a contagem da população, presente e ausente, organizada por paróquias. Além disso, classifica a população conforme sexo, idade, estado civil, nacionalidade, religião, raça, condição, ocupação. O relato sobre o processo de digitalização do censo, e uma avaliação crítica do mesmo, são desenvolvidos em Paiva e Martins (1983).

Mapa 1 - População das localidades e regiões, segundo nível de desenvolvimento – Minas Gerais



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Estimativa de 1830 obtida em Rodarte (2006); e de 1872, obtida em Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

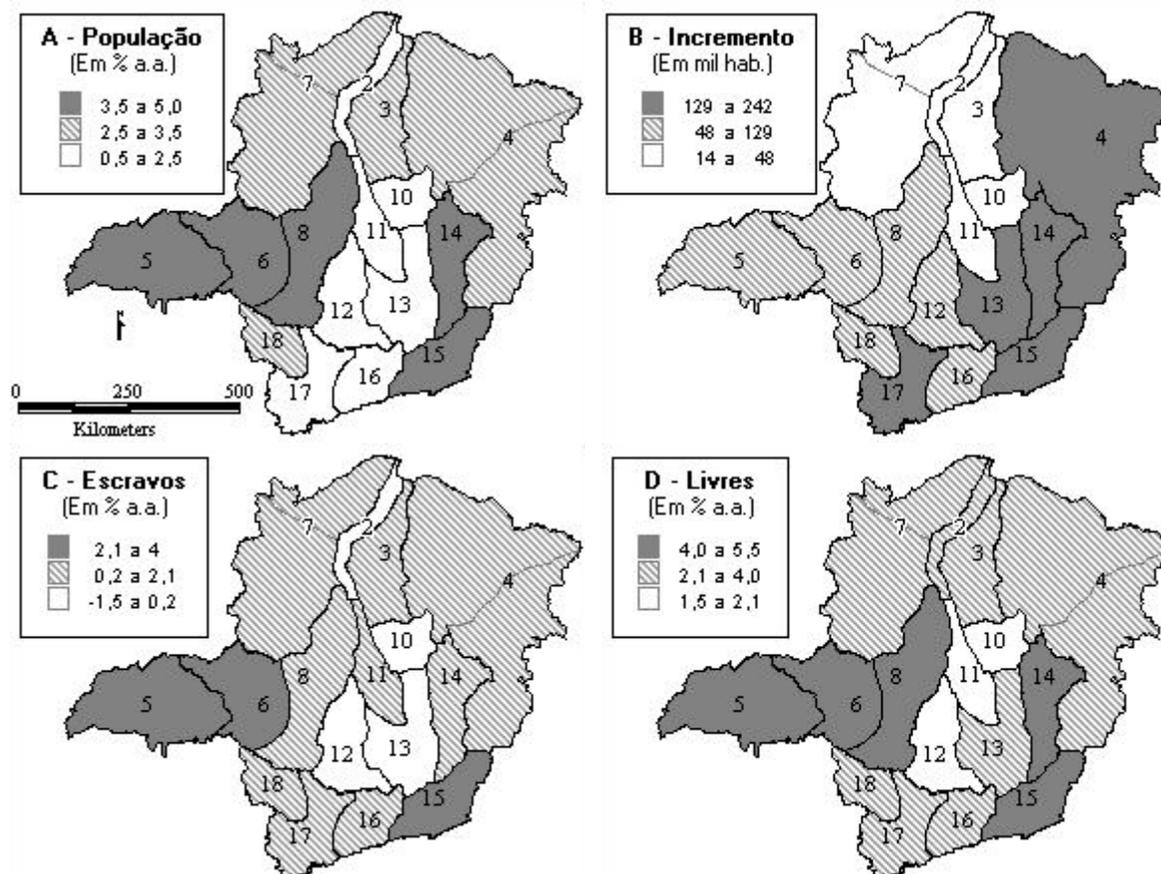
3 A ESPACIALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

3.1 Uma tipologia para diferentes dinâmicas de crescimento

O crescimento populacional vultuoso de Minas Gerais é investigado nesse estudo sob dois aspectos: 1) o regional e 2) o da condição dos indivíduos. Com relação à conformação espacial do fenômeno do crescimento demográfico, sintetizado no Mapa 2.A, tem-se que as regiões notabilizadas pela povoação mais antiga, erigida no *boom* aurífero do século XVIII e de toda a economia que surgiu em seu entorno, identificavam-se com os espaços com menor crescimento populacional da Província, podendo tipificar um quadro de quase estagnação (0,5% a.a.) ou mesmo crescendo a razoáveis taxas médias anuais de até 2,5% a.a., entre as décadas de 1830 e 1870. Essa área, mais larga na sua porção central e meridional, subia até o extremo norte pelos vales dos rios das Velhas e São Francisco, dividindo em dois o território provincial.

Mapa 2

Taxas médias anuais de crescimento da população total, livre e escrava; e incremento absoluto da população total, entre as décadas de 1830 e 1870



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 2, Tabela 3, e Tabela 4).
 Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

De fato, ao longo de 40 anos, a população crescia mais intensamente nas periferias da Província, particularmente na sua porção ao leste e a oeste, do que no seu centro, sugerindo um intenso movimento migratório para as regiões de fronteira agrícola, seja para o desenvolvimento da pecuária, que caracterizou a paisagem econômica do oeste, seja pela combinação dessa atividade com o café e outras culturas, nas porções a leste. O vultuoso incremento populacional dessas áreas chegava a atingir um ritmo próximo de 5,0% a.a. e nunca inferior a 3,5% a.a.

Por fim, ainda pelo Mapa 2.A, pode-se observar um conjunto extenso de regiões que cobria quase metade do território de Minas Gerais, localizado na sua parte setentrional, com crescimento demográfico mediano, embora expressivo, variando entre médias anuais de 2,5% e 3,5%.

Quando se analisa, separadamente, as evoluções demográficas segundo as condições dos indivíduos, pelos Mapa 2.C e Mapa 2.D, observa-se movimentos semelhantes, embora com algumas especificidades. Enquanto a população cativa, por exemplo, particularizava-se pelo crescimento mais acentuado em apenas três das regiões de fronteira aberta (Mapa 2.C), a abrangência da área de maior expansão do segmento livre da população era mais ampla, e agregava mais outras duas regiões (Mapa 2.D).

O desafio de compreender a conformação espacial da dinâmica demográfica de livres e escravos, sem se ater às idiosincrasias de cada região, pode ser transcendido pela elaboração de uma tipologia de regiões, com a definição de grupos de entidades espaciais que tiveram evoluções populacionais semelhantes. Tal tipologia, apresentada no Gráfico 1 e Tabela 2, é composta de três agrupamentos de regiões, com duas subdivisões.

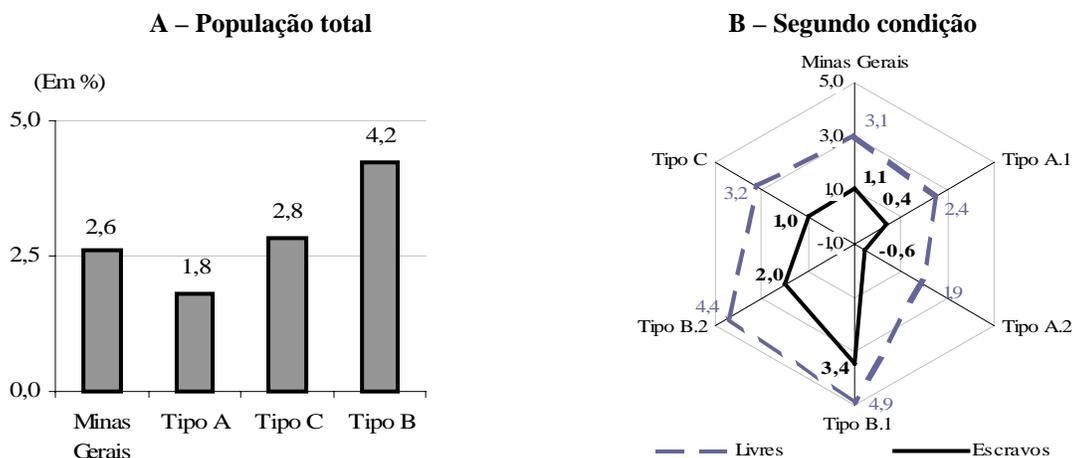
As sete regiões anteriormente citadas como aquelas de menor crescimento seriam classificadas como do Tipo A. Por sua vez, o Tipo B aglutinaria as regiões mais dinâmicas, enquanto que as demais regiões, com comportamento mediano, estariam agregadas no Tipo C (Gráfico 1.A). As subdivisões do Tipo A e do Tipo B decorreriam do comportamento diferenciado entre as evoluções das populações livres e mancipias, observadas no Gráfico 1.B.

O tipo A.1 compreendia as quatro regiões da metade meridional (12, 13, 16 e 17) e tinham em comum, um crescimento moderado do segmento livre, abaixo do nível de crescimento provincial (2,4% a.a. contra 3,1% a.a., respectivamente). Em relação ao número de cativos, esse grupo, predominantemente identificado com os extratos mais elevados de desenvolvimento econômico, na primeira metade do século XIX, teve apenas

a manter praticamente estável o número absoluto de cativos, uma vez que esse segmento variou 0,4% a.a.

Gráfico 1

Taxas médias anuais de crescimento da população, segundo condição, por tipos regionais Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870



Fonte dos dados básicos: Rodarte (2006) e Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior (2006). (Ver Tabela 2)

Tabela 2

Taxas médias anuais de crescimento e tempo de duplicação, segundo condição, por tipos regionais e regiões Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870

Regiões/ tipos regionais	Taxa de crescimento (Em % a.a.)			Tempo de duplicação (em anos)		
	Condição			Condição		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Tipo A	2,4	0,3	1,8	29,4	257,2	38,3
Tipo A.1	2,4	0,4	1,9	28,3	175,6	36,7
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	2,5	0,1	1,9	27,7	537,8	36,7
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	2,0	0,0	1,5	34,1	-	46,8
16. Sudeste	2,2	0,2	1,6	31,3	340,6	44,4
17. Sul Central	2,8	1,3	2,4	24,8	52,1	28,6
Tipo A.2	1,9	-0,6	1,4	36,2	-	50,8
10. Diamantina	1,7	-1,5	0,9	41,0	-	81,4
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	2,9	-1,2	2,3	23,6	-	29,8
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	1,7	0,5	1,4	41,5	151,1	49,1
Tipo B	4,7	3,0	4,2	14,9	23,1	16,5
Tipo B.1	4,9	3,4	4,4	14,3	20,3	15,7
15. Mata	5,2	3,8	4,7	13,3	18,5	14,7
05. Triângulo	5,1	2,5	4,5	13,5	28,0	15,6
06. Araxá	4,0	2,6	3,7	17,5	26,5	18,9
Tipo B.2	4,4	2,0	3,9	15,8	34,8	17,9
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	4,2	2,0	3,8	16,6	34,7	18,4
14. Mineradora Central Leste (MCL)	4,5	2,0	3,9	15,4	34,8	17,6
Tipo C	3,2	1,0	2,8	21,7	70,3	24,5
04. Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	3,3	0,6	2,9	20,9	121,0	24,1
03. Sertão	3,0	1,4	2,8	22,8	49,0	24,6
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	3,1	1,1	2,9	22,3	65,9	24,1
18. Sudoeste	3,0	1,6	2,7	23,1	44,5	25,7
Minas Gerais	3,1	1,1	2,6	22,7	64,4	27,1

Fonte dos dados básicos: Rodarte (2006) e Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior (2006). (Ver Tabela 3 e Tabela 4)

A Mineradora Central Oeste, sede da capital da província, assim como de grande parte dos principais centros urbanos de Minas, e que também era tida como a região mais populosa e extensa desse grupo, era emblemática da dinâmica do Tipo A.1. O seu crescimento demográfico, nas quatro décadas de análise, numa média de 1,9% a.a., decorreu apenas em consequência do crescimento da população livre, de 2,5% a.a., uma vez que o segmento cativo manteve relativamente estável.

As regiões tipo A.2, localizadas mais à porção setentrional, com a exceção de Diamantina, pertenciam ao extrato mediano de desenvolvimento econômico, na primeira metade do século XIX, e foram menos dinâmicas, no âmbito populacional, ao longo do período analisado, do que o grupo anterior. O ritmo de crescimento dos livres foi de apenas 1,9% a.a., e foi o único grupo de regiões a reduzir seu contingente de escravos, com o crescimento negativo de 0,6% a.a.

O baixo crescimento da população livre dessa porção do território, unido à fraca capacidade de reter a mão-de-obra cativa previamente existente, sugerem a perda de vigor da economia local relatada pelos viajantes estrangeiros, que envolvia, entre outras atividades, o comércio de sentido norte-sul feita, sobretudo, no vale do Rio São Francisco, e a própria economia da mineração diamantífera.

Num contexto bem diferente, as regiões do Tipo B, particularmente do grupo B.1, refletiam o lado dinâmico de uma das províncias que mais crescia no Império. Caracterizadas por ser áreas fronteiras abertas a leste e a oeste do território, a população livre expandia 4,9% a cada ano, em média. O ritmo de incremento da população cativa também era a maior de Minas Gerais (3,4% a.a.), o que sugere a correlação entre os afluxos demográficos para as regiões de maior dinamismo econômico.

A região da Mata se destacava no tipo B.1, por apresentar as taxas mais elevadas de crescimento da população livre (5,2% a.a.) e escrava (3,8% a.a.), provavelmente como reflexo tanto do *boom* cafeeiro, a partir da segunda metade do século XIX, como também dos efeitos de um fluxo comercial intenso de Minas Gerais e a Coorte, já evidente na primeira metade do Oitocentos, e que passava pelo seu território.

O contraponto a essa visão, ao menos em parte, era dada pelas regiões do grupo B.2. Vizinhas às regiões tipo B.1, o crescimento dos livres (4,4% a.a.) foi expressivamente superior ao dos escravos (2,0% a.a.), o que tipifica um processo de ocupação de áreas de fronteira levada a termo por mão-de-obra predominantemente livre, embora o crescimento de escravos fosse ainda expressivo, em um ritmo quase duas vezes maior que o provincial.

O grupo C, identificado pelo conjunto de regiões que cobriam praticamente toda a metade setentrional de Minas Gerais tinha uma evolução demográfica muito próxima da média provincial, um pouco acima para os livres (3,2% a.a. contra 3,1% a.a., respectivamente), e um pouco abaixo para os mancípios (1,0% a.a. ante 1,1% a.a., respectivamente).

O Mapa 2.B explicita a contribuição de cada região, em número de habitantes, para o incremento da população de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. Ao final desses quarenta anos, as regiões a leste da Província tiveram os maiores incrementos que a porção oeste, sobretudo, em relação aos cerca de $\frac{1}{4}$ do seu território a noroeste, onde foram observados os menores incrementos populacionais, em números absolutos. O que justifica a conformação espacial das taxas de crescimento ser tão distinta desse mapa dos acréscimos de população é o fato da distribuição inicial populacional não ser uniforme.

Em outras palavras, ao final de um período de análise, os incrementos populacionais dão-se em consequência tanto do tamanho inicial da população, quanto da sua taxa de crescimento. Se ocorre uma grande redução da taxa de crescimento de uma população grande, os incrementos populacionais continuarão a ser relativamente grandes, o que é denominado inércia demográfica. Tal questão é tratada no próximo item, quando se investiga a distribuição demográfica, em Minas, no início do período de análise.

3.2 A questão da inércia demográfica: o estado da população na década de 1830

A tradicional ocupação das porções centrais da capitania reproduziu-se, de forma pouco variada, na primeira metade do Dezenove. A atividade mineradora definira *loci* privilegiados de ocupação e realização de atividades econômicas, na antiga rede de cidades e entornos subordinados.

Estrutura etária⁴ e distribuição espacial da população resultam de três fatores: nascimentos, mortalidade e migração. As duas primeiras características permaneceram relativamente constantes ao longo dos séculos XVIII e XIX: alta fecundidade acompanhada de elevada mortalidade, resultando em grandes taxas de crescimento populacional. O efeito das migrações sobre a distribuição da população não foi suficiente para romper a inércia demográfica, dado que o elevadíssimo contingente populacional já localizado nas porções centrais da província e a alta natalidade, mais que compensavam a movimentação dos indivíduos.

⁴ Apesar de ser tema de imensa importância, não será tratada neste trabalho, por requerer tratamento específico, que foge ao escopo do artigo.

A partir da Tabela 2 nota-se que o Tipo A concentrava 67,2% dos habitantes e 71,4% dos cativos. As regiões do grupo A.1 possuíam 55,8% da população e 60,5% dos escravos, apesar de ocupar apenas 16,5% da área provincial. Tal concentração resultava numa alta densidade demográfica, 4,3hab/km². O grupo A.2, também de ocupação antiga, porém menos intensa, possuía 11,4% da população e 10,9% dos cativos, além de densidade de 2,0hab/km².

Tabela 3

**Estimativa populacional, por condição; extensão territorial e densidade demográfica
Minas Gerais, década de 1830**

Regiões	População (Em N.)			População (Em %)			Proporção Escravos (Em %)	Território e população		
	Condição			Condição				Extensão Km2	Densidade (Hab./Km2)	
	Livres	Escravos	Total	L.	E.	T.				
Tipo A	332.654	175.842	508.496	65,2	71,4	67,2	34,6	140.210	23,8	3,6
Tipo A.1	272.974	149.046	422.020	53,5	60,5	55,8	35,3	97.358	16,5	4,3
13. MCO	111.265	60.631	171.896	21,8	24,6	22,7	35,3	30.279	5,1	5,7
12. IPT	55.055	29.545	84.600	10,8	12,0	11,2	34,9	25.046	4,3	3,4
16. Sudeste	42.775	30.177	72.952	8,4	12,3	9,6	41,4	17.067	2,9	4,3
17. S. Central	63.879	28.693	92.572	12,5	11,7	12,2	31,0	24.966	4,2	3,7
Tipo A.2	59.680	26.796	86.476	11,7	10,9	11,4	31,0	42.852	7,3	2,0
10. Diamantina	21.207	13.617	34.824	4,2	5,5	4,6	39,1	14.221	2,4	2,4
02. VAMRSF	9.053	3.258	12.311	1,8	1,3	1,6	26,5	11.794	2,0	1,0
11. VMBRV	29.420	9.921	39.341	5,8	4,0	5,2	25,2	16.837	2,9	2,3
Tipo B	87.351	43.714	131.065	17,1	17,8	17,3	33,4	177.140	30,1	0,7
Tipo B.1	49.617	28.275	77.892	9,7	11,5	10,3	36,3	107.884	18,3	0,7
15. Mata	26.655	18.947	45.602	5,2	7,7	6,0	41,5	22.979	3,9	2,0
05. Triângulo	6.586	3.699	10.285	1,3	1,5	1,4	36,0	50.452	8,6	0,2
06. Araxá	16.376	5.629	22.005	3,2	2,3	2,9	25,6	34.453	5,9	0,6
Tipo B.2	37.734	15.439	53.173	7,4	6,3	7,0	29,0	69.256	11,8	0,8
08. SARSF	13.438	4.428	17.866	2,6	1,8	2,4	24,8	44.100	7,5	0,4
14. MCL	24.296	11.011	35.307	4,8	4,5	4,7	31,2	25.156	4,3	1,4
Tipo C	90.269	26.675	116.944	17,7	10,8	15,5	22,8	271.033	46,1	0,4
04. MN e SRD	49.312	15.344	64.656	9,7	6,2	8,5	23,7	139.661	23,7	0,5
03. Sertão	10.965	2.308	13.273	2,1	0,9	1,8	17,4	28.481	4,8	0,5
07. P e N	9.346	1.736	11.082	1,8	0,7	1,5	15,7	88.061	15,0	0,1
18. Sudoeste	20.646	7.287	27.933	4,0	3,0	3,7	26,1	14.830	2,5	1,9
Minas Gerais	510.274	246.231	756.505	100,0	100,0	100,0	32,5	588.384	100,0	1,3

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Rodarte (2006), com o uso dos censos de 1831/32 e 38/40, mapas de 1833/35 (Martins, 1990), e dados populacionais de 1826 (Matos, 1981)

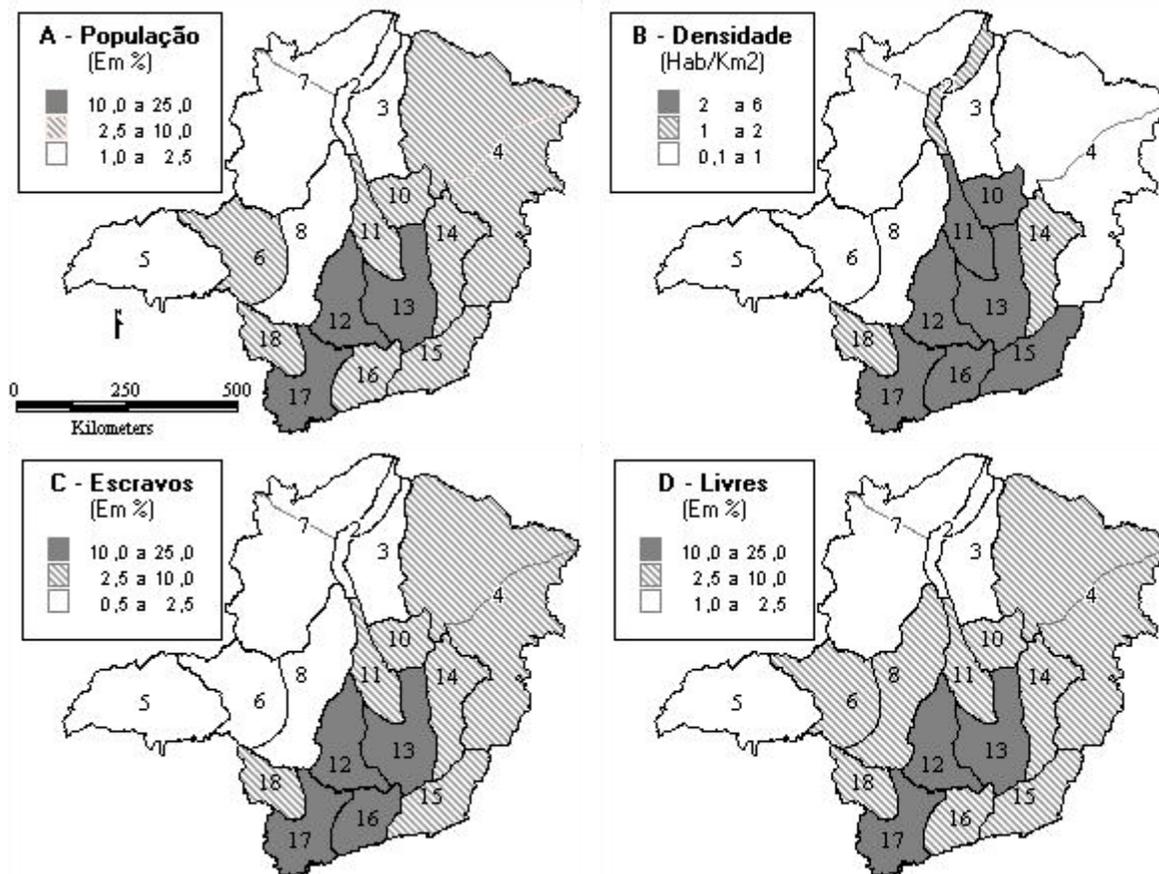
Destaca-se na tipologia A.1 uma região, Mineradora Central Oeste (MCO), concentrava sozinha, mais de 22% das pessoas da província e quase 25% dos mancipios. Apresentava também o maior contingente populacional, 171 mil habitantes, e a maior densidade demográfica, 5,7 hab/km². Havia uma grande proporção de escravos na população total: 35,3%. Aqui se localizavam importantes cidades, como Ouro Preto e Mariana. Como atividades econômicas, havia significativa mineração a céu aberto, ainda que inferior ao volume da extração mineral do XVIII, com técnica de aluvião. Extração de pedras preciosas – águas-marinhas, topázios, ametistas e outras – e sua comercialização para a Bahia e o Rio de Janeiro. Fundições e siderúrgicas eram bastante comuns. Também

a agricultura para comércio local ou subsistência. A tecelagem de algodão e sua venda foram comumente observadas. (RODARTE; MATOS, 1996, p. 8-10).

Mapa 3

Distribuição da população total, livre e escrava, e densidade demográfica

Minas Gerais – década de 1830



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 3). Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

No grupo A.2, destaca-se Diamantina, possuidora da terceira maior proporção de municípios, 39,1%. Porém, a porcentagem da população total e escrava de Minas nesta região era de apenas 4,6% e 5,5%, respectivamente. A restrição estatal para permanecer na região proporcionava a, relativamente, baixa ocupação. Apresentava densidade demográfica de apenas 2,3hab/km².

O Tipo B apresentava 17,3% dos habitantes de Minas e 17,8% dos cativos. Um terço das pessoas deste grupo eram escravos. Havia baixa intensidade de ocupação, 0,7 hab/km². O subgrupo B.1 nutria maior vocação escravista, pois lá se encontrava 10,3% dos cativos de Minas, vis-à-vis os 7,0% do subgrupo B.2.

A Mata possuía 6% da população provincial e 7,7% dos cativos. Tinha a maior proporção de municípios, 41,5%. Caracterizava-se pela presença de florestas fechadas e

população indígena. Predominavam pequenas unidades produtivas para o auto-consumo (GODOY, 1996, p. 54). Ainda era presente uma infra-estrutura mínima (vendas, ranchos e abrigos) para os comerciantes e viajantes que se dirigiam para a Corte através do Caminho Novo de Garcia Rodrigues que, desde o início do século XIX, fazia comunicação entre Ouro Preto e a Corte (RODARTE; MATOS, 1996, p. 38 e 39).

No grupo C encontravam-se as regiões mais periféricas. Apesar de ocuparem 46,1% do território, possuíam apenas 15,5% da população e 10,8% dos escravos. A ocupação era bastante rarefeita, pois a densidade média era de 0,4hab/km².

Entre as porções do território com menor intensidade da ocupação, estavam presentes Noroeste e Sertão do Rio Doce. Por este motivo, foram agregadas à Paracatu e Minas Novas, respectivamente. Correspondem a cerca de 15% do espaço provincial e, a época dos levantamentos censitários das décadas de 1830 e 1870, eram povoadas quase que exclusivamente por populações indígenas.

3.3 A nova configuração da população na década de 1870

Os dados não sugerem uma ampla redistribuição populacional, mas fluxos migratórios pouco intensos, resultantes do lento deslocamento do centro dinâmico da economia provincial em direção às áreas de expansão da fronteira agrícola. Até a década de 1830 a economia era ainda fortemente ligada à mineração, destacadamente na Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Diamantina e ao abastecimento dos centros urbanos mineiros, como Ouro Preto e Mariana (MCO), Diamantina (região homônima), São João del Rei e Barbacena (Sudeste), além do Rio de Janeiro, principalmente pelo Sul Central e Sudeste, onde havia importante criação de gado suíno e bovino e cultivo do fumo.

Na década de 1870, as porções do Tipo A ainda concentravam cerca de metade da população e 51,8% dos mancípios. O subgrupo A.1 possuía a imensa maioria desta parcela, pois apresentava 42,9% dos indivíduos e 46,2% dos cativos. Era a porção mais intensamente povoada: 9,2hab/km².

A Mineradora Central Oeste ainda continha a maior população, mais de 363 mil habitantes, o que corresponde a 17,5% dos habitantes de Minas e 16,9% dos escravos, apesar de ocupar apenas 5,1 % da área. Elevado e dinâmico comércio interno, engenhos de cana, manufaturas de ferro, pano e algodão, eram algumas das principais atividades associadas à MCO. O chamado “segundo ciclo do ouro”, com companhias inglesas de

mineração, alcançava importância na produção aurífera e demanda por mão-de-obra escrava (MARTINS, Roberto, 2002, p. 109).

Tabela 4
Estimativa populacional, por condição; extensão territorial e densidade demográfica
Minas Gerais, década de 1870

Regiões	População (Em N.)			População (Em %)			Proporção Escravos (Em %)	Território e população		
	Condição			Condição				Extensão Km2	Densidade (Hab./Km2)	
	Livres	Escravos	Total	L.	E.	T.				
Tipo A	845.084	195.823	1.040.907	49,7	51,8	50,1	18,8	140.210	23,8	7,4
Tipo A.1	717.761	174.472	892.233	42,2	46,2	42,9	19,6	97.358	16,5	9,2
13. MCO	299.264	63.836	363.100	17,6	16,9	17,5	17,6	30.279	5,1	12,0
12. IPT	123.040	29.217	152.257	7,2	7,7	7,3	19,2	25.046	4,3	6,1
16. Sudeste	102.725	32.733	135.458	6,0	8,7	6,5	24,2	17.067	2,9	7,9
17. S. Central	192.732	48.686	241.418	11,3	12,9	11,6	20,2	24.966	4,2	9,7
Tipo A.2	127.323	21.351	148.674	7,5	5,7	7,1	14,4	42.852	7,3	3,5
10. Diamantina	41.475	7.406	48.881	2,4	2,0	2,4	15,2	14.221	2,4	3,4
02. VAMRSF	28.811	2.032	30.843	1,7	0,5	1,5	6,6	11.794	2,0	2,6
11. VMBRV	57.037	11.913	68.950	3,4	3,2	3,3	17,3	16.837	2,9	4,1
Tipo B	540.150	142.404	682.554	31,7	37,7	32,8	20,9	177.140	30,1	3,9
Tipo B.1	330.320	108.394	438.714	19,4	28,7	21,1	24,7	107.884	18,3	4,1
15. Mata	204.011	82.739	286.750	12,0	21,9	13,8	28,9	22.979	3,9	12,5
05. Triângulo	48.894	9.848	58.742	2,9	2,6	2,8	16,8	50.452	8,6	1,2
06. Araxá	77.415	15.807	93.222	4,5	4,2	4,5	17,0	34.453	5,9	2,7
Tipo B.2	209.830	34.010	243.840	12,3	9,0	11,7	13,9	69.256	11,8	3,5
08. S ARSF	68.907	9.760	78.667	4,0	2,6	3,8	12,4	44.100	7,5	1,8
14. MCL	140.923	24.250	165.173	8,3	6,4	7,9	14,7	25.156	4,3	6,6
Tipo C	316.634	39.488	356.122	18,6	10,5	17,1	11,1	271.033	46,1	1,3
04. MN e SRD	181.269	19.280	200.549	10,7	5,1	9,6	9,6	139.661	23,7	1,4
03. Sertão	36.271	4.046	40.317	2,1	1,1	1,9	10,0	28.481	4,8	1,4
07. P e N	31.760	2.638	34.398	1,9	0,7	1,7	7,7	88.061	15,0	0,4
18. Sudoeste	67.334	13.524	80.858	4,0	3,6	3,9	16,7	14.830	2,5	5,5
Minas Gerais	1.701.868	377.715	2.079.583	100,0	100,0	100,0	18,2	588.384	100,0	3,5

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior (2006), com o uso dos censos de 1872 e 1890

Ao subgrupo A.2 pertencia apenas 7,1% do total de pessoas e 5,7% dos escravos. A crise da extração de diamantes e da rota comercial através do Rio São Francisco - que desde os primórdios da ocupação da capitania, abastecia Minas - são fatores explicativos do baixo crescimento de livres e do decréscimo da mão-de-obra servil.

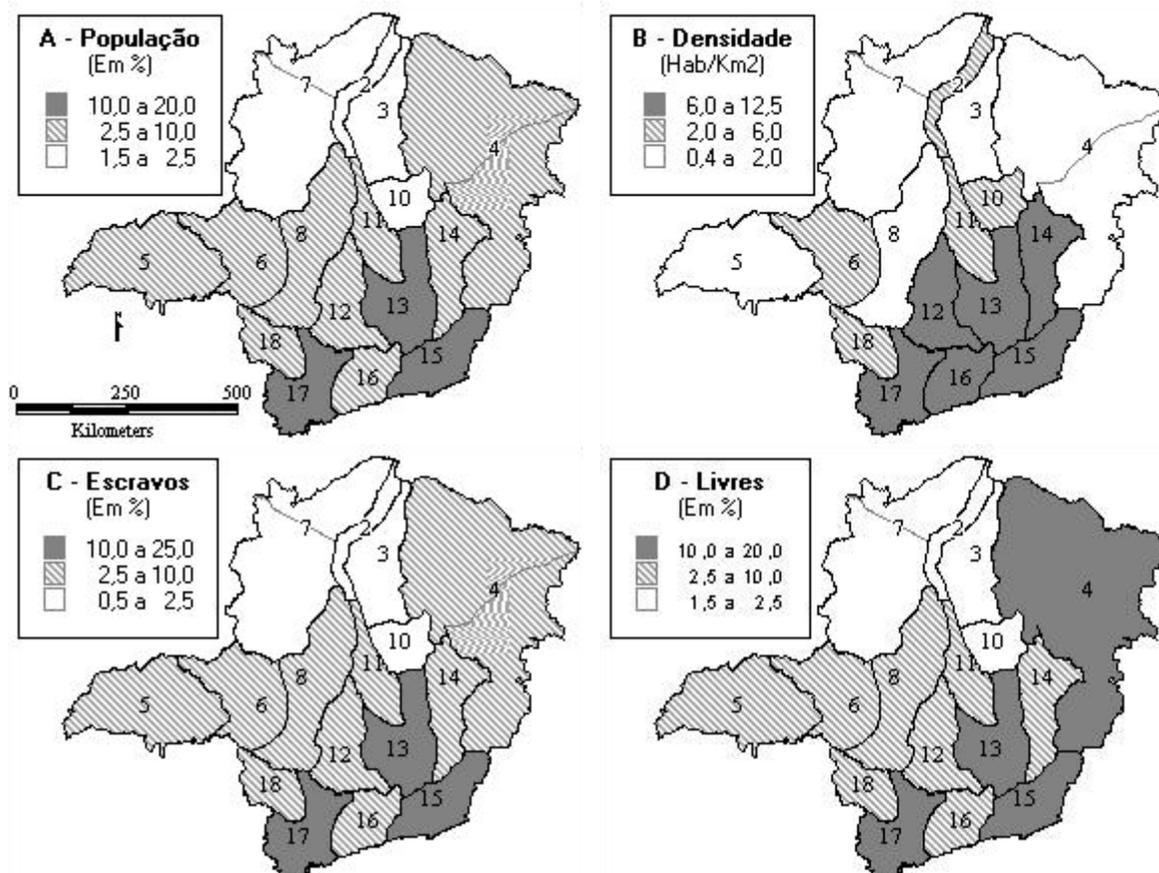
As regiões da Tipologia B contavam, na década de 1870, com 32,8% do total das pessoas e 37,7% dos escravos de Minas, além de possuírem, em média, a maior razão de escravo por livre, 20,9%. Por outro lado, a maior parte dos livres (21,1%) e escravos (28,7%) estavam contidos no subgrupo B.1, onde estava a região da Mata.

Mata possuía 13,8% da população total, e 21,9% da força de trabalho mancipada. Era a mais intensamente povoada, com densidade demográfica de 12,2 hab/km². As décadas de 1830 e 1840 constituem o período de formação do setor cafeeiro mineiro. No começo dos anos 1830, a exportação de café de Minas representava apenas 4,3% das exportações brasileiras. Na primeira metade da década de 1850, esse volume chegava a 7%. Estima-se

que o conjunto dos habitantes dos municípios de Leopoldina, Mar de Espanha, Santo Antônio do Paraibuna, Ubá e Pomba tenha triplicado entre 1835 e 1855 passando de menos de 27 mil pessoas para cerca de 80 mil (MARTINS, Roberto, 2002, p. 110).

Mapa 4

Distribuição da população total, livre e escrava, e densidade demográfica
Minas Gerais – década de 1870



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 4). Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

As regiões de Tipo B.2 e C se caracterizavam pela pequena proporção de municípios na população, respectivamente 13,9% e 11,1%. B.2 respondia por 11,7% da população e 9,0% dos cativos, enquanto em C estes valores eram de 17,1% e 10,5%, respectivamente. Porém, o primeiro grupo apresentava densidade demográfica de 3,5hab/km², enquanto o segundo grupo apresentava 1,3hab/km². O baixo percentual de escravos na população do Sertão (9,6%), Noroeste e Paracatu (7,7%), Minas Novas e Sertão do Rio Doce (9,6%) e de uma região do grupo A.2, o Vale do Alto e Médio Rio São Francisco (6,6%), sugere padrões diferenciados de relações sociais de produção no espaço mineiro, desde a primeira metade do século. Com exceção da última região que, na década de 1830, apresentava pujantes comércio e elevada proporção de cativos (26,5%), predominavam propriedades

voltadas à subsistência. Para a primeira metade do século XIX, Paiva e Godoy (2001, p. 19) notaram que:

Os indivíduos brancos predominavam nas regiões do sul, centro-oeste e extremo oeste de Minas. No século XVIII, a semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento nos territórios do sul e centro-oeste, para autoconsumo e para o provimento das áreas mineradoras, configurou distinta imigração de reinóis e colonos de outras capitanias, criou condições relativamente mais propícias para a organização do trabalho em regime familiar e gerou, inicialmente, menor dependência do braço escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo aqui apresentado sobre a configuração espacial da dinâmica demográfica e da distribuição populacional de Minas Gerais, conclui-se, preliminarmente, que todas as regiões cresceram, ao longo das quatro décadas de análise, não havendo casos de depopulação, ou mesmo de estagnação do contingente populacional, o que implica na hipótese de inexistência de colapso econômico, mesmo localizado, pelo menos de dimensão suficiente para afetar negativamente as decisões de permanência para a maioria de seus habitantes.

Deve-se considerar, contudo, que não eram as regiões de povoamento mais antigo e de ocupação mais consolidada os focos de atração populacional. Tais regiões, que abrigavam os principais centros urbanos e grande parte da rede de cidades da Província cresceram em velocidade moderada, mas o suficiente para mais que duplicar seu tamanho, ao longo do período de análise, e manter concentrada, em sua pequena extensão, a maior parte da população mineira.

De fato, os resultados levantados apontam para um deslocamento das áreas de atração populacional dos antigos centros mineradores e seus entornos, para as áreas de fronteira localizadas a leste, sobretudo para a Mata, e a oeste na Província, com destaque para a região do Triângulo, entre os séculos XVIII e XIX. Embaladas pelas atividades econômicas primárias, como o cultivo do café e a pecuária, o povoamento dessas regiões seguia em ritmo explosivo, a taxas médias anuais de 4,7% e 4,5%, respectivamente, e que por isso, dobrava de tamanho no curto período de tempo, a cada 15 e 16 anos, em média.

O efetivo fim do tráfico atlântico de escravos, na década de 1850, fechou um dos principais canais de crescimento da população cativa de Minas Gerais. Esse fato, unido à permanência de fatores redutores dessa população, seja pela manumissão, seja pela mortalidade, torna uma consequência natural o crescimento do segmento escravo ter sido expressivamente menor do que o experimentado pelo contingente livre da população (1,1% a.a. e 3,1% a.a., respectivamente).

No que pesa os fatores adversos ao crescimento do número de escravos, deve-se enfatizar, contudo, o ímpeto no poder de atração e retenção dessa mão-de-obra nas regiões de fronteira. O plantel de escravos na Mata duplicava em menos de 20 anos, em média, o que tornou, ao final do período, a região com maior contingente de cativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1959.
- GODOY, Marcelo Magalhães ; RODARTE, M. M. S. . Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX . In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte : Cedeplar/UFMG, 2004.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Texto para discussão n.º.109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio** – Um estudo das atividades agroaçuareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Hebert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: **REBEP** v.21, n.2, jul./dez. 2004.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35. In: PAIVA, Clotilde Andrade; Libby, Douglas Cole. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982/2000**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.2.
- MARTINS, Roberto B. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. In: Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral (orgs.). **História Econômica da Independência e do Império**, São Paulo: Hucitec/ABPHE 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Texto para discussão N.º.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MATOS, Raimundo J. da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. 2 vols. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/editora da USP, 1981.
- MELLO FILHO, Marcelo S. Bandeira de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; RODARTE, Mario Marcos. Nem Desconcentração Espacial, nem Ruralização: O Processo de Ocupação Demográfica na Província de Minas Gerais, entre as Décadas de 1830 e 1870. In: **XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina (MG), 2006.
- MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de. **O declínio do escravismo em um território de contrastes: Minas Gerais, 1830 - 1872**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) – UFMG, 2006, 50 p.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: **História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj 2001
- PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Roberto Borges. **Um estudo crítico do Recenseamento de 1872**. Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983. (mimeo)

- RODARTE, Mario M. S. Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. 2006. (mimeo).
- RODARTE, Mario M. S.; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos. **Relatório de Correção do Recenseamento do Império de 1872**. (mimeo).2006.
- RODARTE, Mario Marcos S. ; GODOY, Marcelo Magalhães . Pródromos da Formação do Mercado Interno Brasileiro. Um Estudo de Caso das Relações entre Capital Mercantil, Rede de Cidades e Desenvolvimento Regional, Minas Gerais na Década de 1830. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia**, Natal-RN, 2005.
- RODARTE, Mario Marcos S.; MATOS, Geraldo. **Estudo das regiões da Província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996 (mimeo).
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH** N°.17. Campinas: Unicamp, 1985.